



**ORDEM  
DOS MÉDICOS**

## **CONSULTA PRÉVIA N.º CPR/4/2024**

**Aquisição de Serviços de Assistência Técnica, Desenvolvimento e Formação  
em MD/Workflow para o Conselho Nacional da Ordem dos Médicos**

## **CADERNO DE ENCARGOS**



## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES INICIAIS**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto**

O objeto deste procedimento, e do contrato a celebrar, consiste, na aquisição de serviços de assistência técnica, desenvolvimento e formação MD/Workflow para o Conselho Nacional da Ordem dos Médicos, em conformidade com os termos e especificações adiante previstos neste caderno de encargos e, em especial, no Anexo I - Especificações Técnicas.

#### **Artigo 2.º**

##### **Prazo**

1. O contrato iniciar-se-á na data da sua assinatura, sem prejuízo do estabelecido no artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos, e durará até que as horas adquiridas sejam esgotadas, sem prejuízo de não se ultrapassar o prazo máximo da duração de contratos públicos previsto no artigo 48.º do *supra* mencionado diploma legal.
2. O contrato outorgado vigorará em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato e dos atos preparatórios que possam ainda iniciar-se antes da outorga do mesmo.

#### **Artigo 3.º**

##### **Conteúdo do Contrato**

1. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, em fase de formação do contrato, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;



- d) A proposta;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os vários elementos que integram o contrato, a prevalência obedecerá à ordem por que vêm enunciados no número anterior.
  3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 1 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º deste diploma.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **Secção I**

#### **Obrigações do Adjudicatário**

#### **Artigo 4.º**

#### **Obrigações do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a) Cumprimento das obrigações e condições técnicas principais previstas no **Anexo I – Especificações Técnicas**, que faz parte integrante deste Caderno de Encargos;
  - b) Comunicação antecipada dos factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do serviço, ou o cumprimento de qualquer outra obrigação, nos termos do contrato;
  - c) Prestação, de forma correta e fidedigna, das informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como a prestação de todos os esclarecimentos que sejam solicitados, incluindo os referentes ao cumprimento das obrigações que para si emergem da execução do mesmo;



- d) Comunicar qualquer facto que ocorra durante o período de vigência do contrato e que altere, designadamente, a denominação social ou os seus representantes legais;
  - e) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, não utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
  - f) Comunicar ao Conselho Nacional da Ordem dos Médicos a nomeação do gestor de contrato, conforme e nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao cumprimento das obrigações emergentes do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

### **Artigo 5.º**

#### **Dever de Sigilo**

- 1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4. O dever de sigilo mantém-se em vigor durante o prazo de 5 (cinco) anos após o cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a



quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredo fiscal, segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Secção II**

### **Obrigações da Entidade Adjudicante**

#### **Artigo 6.º**

##### **Preço Base**

1. O preço-base é o preço máximo que a Conselho Nacional da Ordem dos Médicos se dispõe a pagar pela execução das prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
2. O preço base global é €25,600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, por 320 horas no total, não se prevendo que sejam ultrapassadas as 160 horas por ano.
3. A fixação do preço base foi fundamentada por critérios objetivos, mais especificamente o preço pago pelos mesmos serviços em anos anteriores.

#### **Artigo 7.º**

##### **Revisão de Preços**

Não são permitidas revisões do preço contratual, nem há lugar a adiantamentos por conta dos serviços prestados.

#### **Artigo 8.º**

##### **Obrigações da Entidade Adjudicante**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Conselho Nacional da Ordem dos Médicos pagará ao prestador de serviços o preço contratual que este vier a propor na sua proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, o qual não poderá ultrapassar o preço base referido no artigo anterior.
2. O preço inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja



expressamente atribuída ao Conselho Nacional da Ordem dos Médicos, incluindo despesas com combustível, despesas de alojamento, mão-de-obra, despesas de transportes, despesas com material e equipamentos destinado à boa execução das prestações contratuais, assim como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças ou outros encargos exigíveis pelas entidades competentes para a execução do contrato.

### **Artigo 9.º**

#### **Gestor do Contrato**

O gestor do contrato nomeado pelo Conselho Nacional da Ordem dos Médicos é Luís Mateus, com morada profissional na Av. Almirante Gago Coutinho, 151, em Lisboa, e endereço eletrónico [luis.mateus@ordemosmedicos.pt](mailto:luis.mateus@ordemosmedicos.pt).

### **Artigo 10.º**

#### **Condições de pagamento**

1. Pela execução do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Conselho Nacional da Ordem dos Médicos deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Conselho Nacional da Ordem dos Médicos.
3. O preço referido no n.º 1 será faturado trimestralmente e de forma antecipada, dado que se trata da aquisição de bolsas de horas.
4. Na emissão das faturas, o adjudicatário tem de referir obrigatoriamente, além das menções que estão legalmente previstas:
  - a) Referência do contrato e do procedimento;
  - b) N.º de encomenda;
  - c) Descrição dos serviços prestados e a que período de tempo se referem;



- d) Morada da sede;
  - e) IBAN para pagamento.
5. A(s) fatura(s) só podem ser emitidas pelo adjudicatário após o vencimento da respetiva obrigação, e após a publicitação do contrato devidamente assinado prevista no artigo 127.º do CCP.
  6. A(s) faturas devem ser remetidas para o endereço eletrónico [entradas@ordemosmedicos.pt](mailto:entradas@ordemosmedicos.pt)
  7. Sempre que a validade das certidões que comprovam a situação contributiva regularizada junto da Autoridade Tributária e Segurança Social, apresentadas em fase de habilitação, expire, deve o adjudicatário proceder ao envio de novas certidões, de validade renovada, juntamente com as faturas, sob pena de não ser possível ao Conselho Nacional da Ordem dos Médicos proceder ao respetivo pagamento.
  8. As certidões referidas no número anterior podem ser enviadas juntamente com a fatura para o endereço eletrónico previsto no n.º 6.
  9. A quantia devida, nos termos do n.º 1, deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias, cuja contagem se inicia apenas a partir da data da receção definitiva e aceitação da respetiva fatura com as formalidades obrigatórias previstas nos números anteriores e na lei.
  10. O pagamento é efetuado através de transferência bancária para o IBAN indicado pelo adjudicatário na(s) fatura(s).
  11. Em caso de discordância do Conselho Nacional da Ordem dos Médicos quanto ao(s) valor(es) indicado(s) na fatura, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nota de crédito e nova fatura corrigida.
  12. O original do recibo é remetido, por correio, para a morada do Conselho Nacional da Ordem dos Médicos.

### **CAPÍTULO III**

#### **FORÇA MAIOR, SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E ALTERAÇÕES AO CONTRATO**



### **Artigo 11.º**

#### **Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

1. No âmbito da execução do contrato, a cessão, total ou parcial, da posição contratual do adjudicatário e a respetiva associação a outra entidade, sob a forma de subcontratação ou sob outra forma, depende sempre de autorização prévia escrita do Conselho Nacional da Ordem dos Médicos, e opera-se nos termos dos artigos 316.º a 323.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Fica desde já estabelecida a possibilidade de cessão da posição contratual por incumprimento do adjudicatário, prevista no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos,
3. Para o efeito do disposto no número anterior, o pedido de autorização deve ser formulado com a antecedência necessária para verificação, pelo Conselho Nacional da Ordem dos Médicos, do cumprimento por parte do terceiro de todos os requisitos previstos no artigo 318.º e 319.º do Código dos Contratos Públicos.
4. O pedido de autorização previsto no número anterior deve ser instruído também com a minuta do acordo de cessão ou de associação a celebrar.

## **CAPÍTULO IV**

### **INCUMPRIMENTO, PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

### **Artigo 12.º**

#### **Incumprimento**

1. Se o adjudicatário não cumprir, de forma exata e pontual, as obrigações contratuais ou parte delas, por facto que lhe seja imputável, deve o Conselho Nacional da Ordem dos Médicos notificá-lo, para o endereço eletrónico do respetivo gestor de contrato, no sentido de as cumprir, devendo o adjudicatário dar-lhes cumprimento no prazo fixado para o efeito, bem como suportar os danos sofridos pelo Conselho Nacional na sequência de tais atos, sem prejuízo da aplicação do regime geral da responsabilidade civil do Código Civil.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, o Conselho Nacional da Ordem dos Médicos pode optar pela efetivação das prestações de natureza fungível em falta, diretamente ou por intermédio de terceiro, ou por





resolver o contrato com fundamento em incumprimento definitivo, conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º do presente caderno de encargos, caso em que podem ser aplicadas as disposições relativas à obrigação de indemnização por mora e incumprimento contratual definitivo previstas no Código Civil.

3. O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação pelo Conselho Nacional da Ordem dos Médicos, das sanções previstas no artigo seguinte.

### **Artigo 13.º**

#### **Penalidades Contratuais**

1. Sem prejuízo do disposto no número anterior, pelo incumprimento do prazo determinado para o início do contrato, o Conselho Nacional da Ordem dos Médicos pode aplicar ao adjudicatário uma sanção pecuniária diária de até 1% do preço contratual por cada dia de atraso, fixada em função da gravidade do incumprimento.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Conselho Nacional da Ordem dos Médicos pode aplicar ao adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária diária de até 2% (dois por cento) do preço contratual, fixada em função da gravidade do incumprimento, e devida pelo incumprimento de cada tarefa descrita no caderno de encargos e nas especificações técnicas constantes do respetivo anexo I.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Conselho Nacional da Ordem dos Médicos pode, ainda, exigir o pagamento de sanções pecuniárias, em montante a fixar em função da gravidade do inadimplemento contratual, cujo valor acumulado não pode exceder os limites previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Ao valor das sanções pecuniária previstas no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário, ao abrigo do número 3 do presente artigo, relativamente às prestações cujo atraso na conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Conselho Nacional da Ordem dos Médicos considerará, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o



grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

6. As sanções pecuniárias previstas no presente artigo não revestem a natureza de cláusula penal e não obstam a que a Ordem dos Médicos exija ao adjudicatário uma indemnização pelo dano excedente.

### **Artigo 14.º**

#### **Resolução Sancionatória**

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo adjudicatário especialmente previstas no contrato, o Conselho Nacional da Ordem dos Médicos pode resolver o contrato a título sancionatório nos seguintes casos:
  - a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao adjudicatário;
  - b) Incumprimento, por parte do adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
  - c) Oposição reiterada do adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização do Conselho Nacional da Ordem dos Médicos;
  - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo adjudicatário da manutenção das obrigações assumidas pelo Conselho Nacional da Ordem dos Médicos contrarie o princípio da boa-fé;
  - e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos;
  - f) Incumprimento pelo adjudicatário de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
  - g) O adjudicatário se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.
2. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato.
3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do adjudicatário, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas.



## **Artigo 15.º**

### **Resolução por parte do Cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo Conselho Nacional da Ordem dos Médicos especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o adjudicatário tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
  - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
  - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Conselho Nacional da Ordem dos Médicos;
  - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Ordem dos Médicos por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
  - d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual pelo Conselho Nacional da Ordem dos Médicos, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
  - e) Incumprimento pelo Conselho Nacional da Ordem dos Médicos de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.
2. No caso previsto na alínea a) do n.º 1, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do adjudicatário ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial.
4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1 deste artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Ordem dos Médicos, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a mesma cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



## **Capítulo V DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 16.º**

#### **Comunicações e notificações**

1. As notificações e comunicações entre as partes do contrato a celebrar, durante a execução do mesmo, devem ser enviadas através dos seguintes endereços de correio eletrónico:
  - a) Conselho Nacional da Ordem dos Médicos (Gestor do Contrato): Luís Mateus, com endereço eletrónico [luis.mateus@ordemdosmedicos.pt](mailto:luis.mateus@ordemdosmedicos.pt).
  - b) Adjudicatário (Gestor do Contrato): \_\_\_\_\_, com endereço eletrónico \_\_\_\_\_.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. A matéria relativa às notificações e comunicações é regulada nos termos do disposto no artigo 469.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Artigo 17.º**

#### **Proteção de Dados**

1. O adjudicatário é responsável por garantir o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), e demais legislação em vigor, referente à proteção de dados pessoais, nomeadamente, o previsto no n.º 3 do art.º 28.º do Regulamento 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.
2. O adjudicatário fica vinculado a tratar os dados pessoais a que possa ter acesso no âmbito da execução do presente contrato apenas com a finalidade da prestação dos serviços a que está obrigado por força do contrato e de todos os documentos decorrentes do procedimento pré-contratual que dele fazem parte integrante.
3. O adjudicatário tem obrigatoriamente de assegurar que os seus funcionários, prestadores de serviço ou qualquer outro tipo de pessoas que ele autorize a tratar os dados pessoais definidos no número anterior, estão sujeitos ao dever de confidencialidade sobre esses



- mesmos dados, por força dos respetivos contratos de trabalho, de prestação de serviços ou de outra natureza jurídica, ou, ainda, de adendas efetuadas aos mesmos para esse efeito.
4. O adjudicatário deve apagar os dados pessoais a que teve acesso no âmbito da execução do presente contrato depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento dos dados e cessada a obrigação legal ou contratual de os manter.
  5. O Conselho Nacional da Ordem dos Médicos pode, a todo o tempo, solicitar informação e documentação de forma a verificar o cumprimento do mencionado Regulamento.
  6. O adjudicatário, em caso de violação de dados pessoais, notifica a entidade adjudicante dessa violação no mais curto espaço de tempo possível com o limite máximo de 72h após ter tido conhecimento da mesma.
  7. A notificação referida no número anterior tem obrigatoriamente de:
    - a) Descrever a natureza da violação dos dados pessoais, incluindo, se possível, as categorias e o número aproximado de titulares de dados afetados, bem como as categorias e o número aproximado de registos de dados pessoais em causa;
    - b) Comunicar o nome e os contactos do encarregado da proteção de dados ou de outro ponto de contacto onde possam ser obtidas mais informações;
    - c) Descrever as consequências prováveis da violação de dados pessoais;
    - d) Descrever as medidas adotadas ou propostas pelo seu encarregado de proteção de dados para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, medidas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos.
  8. O adjudicatário tem obrigatoriamente de documentar todas as violações de dados pessoais, de forma que fiquem registados todos os factos relacionados com as mesmas, os respetivos efeitos, e a(s) medida(s) de reparação adotada.

### **Artigo 18.º**

#### **Foro competente**

Para a resolução de quaisquer litígios emergentes do contrato é convencionado o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



### **Artigo 19.º**

#### **Prazos**

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
2. A contagem dos prazos na fase da execução dos contratos obedece ao disposto no artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Artigo 20.º**

#### **Legislação Aplicável**

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos e no contrato aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação ou regulamentação aplicável.

## **ANEXO I**

### **OBJETIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

No âmbito das soluções “Workflow” e “PCN” do Conselho Nacional da Ordem dos Médicos:

- Assistência técnica;
- Formação;
- Desenvolvimento de updates (novas versões).